

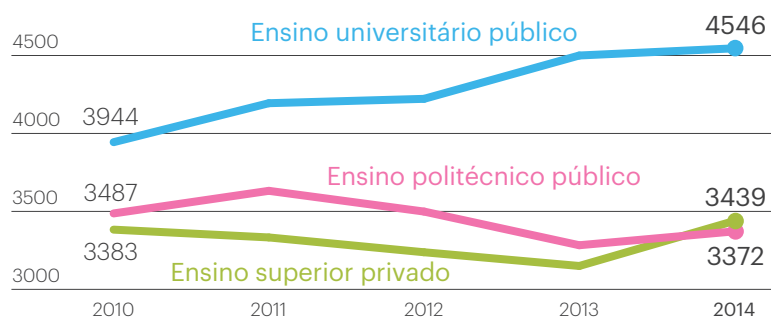
SOCIEDADE

Professores a tempo parcial nas universidades já são quase um terço

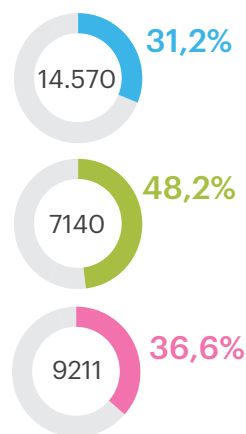
Número de docentes com este tipo de contrato aumentou 15% em cinco anos e a austeridade é uma das causas. Instituições dizem que a prática pode ter vantagens, mas sindicato discorda

Professores: que ligação às instituições de ensino?

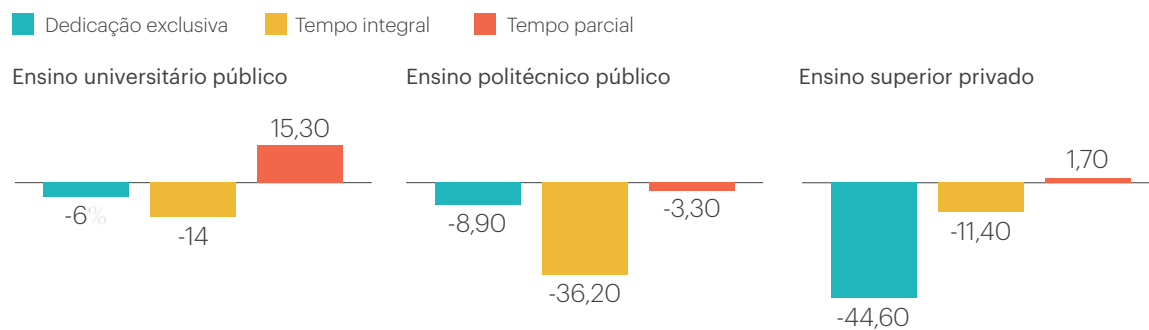
Evolução dos professores a tempo parcial
Desde 2010



Percentagem de professores a tempo parcial sobre o total em 2014



Variação dos professores desde 2010
Em percentagem



Fonte: Direcção-Geral das Estatísticas de Educação e Ciência

PÚBLICO

Ensino superior Samuel Silva

O número de professores com contrato a tempo parcial nas universidades públicas aumentou 15% nos últimos cinco anos. Estes docentes representam hoje quase um terço de todos os que dão aulas. Os cortes no financiamento e as regras de contratação na função pública que vigoraram nos últimos anos fizeram com que aumentasse este tipo de vínculos no sector, sobretudo através do recurso a professores convidados. O Sindicato Nacional do Ensino Superior (Snesup) entende que esta realidade corresponde a uma

“degradação” da qualidade dos vínculos laborais, mas os responsáveis das instituições dizem que até pode haver vantagens para o ensino.

Os números são da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e dizem respeito ao período entre 2010 e 2014. Nesses cinco anos, o número de professores contratados a tempo parcial nas universidades públicas passou de 3944 para 4546, um crescimento de 15,3%. Em consequência, este tipo de vínculos passou a ter um peso mais determinante na composição dos corpos docentes das instituições. O número de contratos a tempo parcial representava 26,8% do total em 2010. Cinco anos depois já valia 31,2%.

Para Paulo Peixoto, investigador do Observatório das Políticas de Educação, na Universidade de Coimbra, estes números são a “tradução da precarização da profissão docente no ensino superior”. “Há uma degradação dos vínculos laborais no sector”, concorda o presidente do Snesup, Gonçalo Velho.

Nos politécnicos já são 36%

Os professores a tempo parcial são contratados por uma percentagem de horas de aulas face ao tempo habitual de um professor com vínculo permanente – e que costuma ser de seis a nove horas semanais. Legalmente, nunca pode ter mais de 60% do tempo lectivo. Paulo Peixoto diz,



“**Desta forma, podemos olhar para o mercado e ir buscar especialistas**”

Joaquim Mourato
Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos



porém, “que há instituições que estão a contratar professores a tempo parcial, mas que depois os colocam a trabalhar a tempo integral”.

Nos politécnicos o cenário não é muito distinto do que se encontra nas universidades públicas. Ainda que o número total de professores a tempo parcial tenha diminuído nestes cinco anos (menos 3,3%), essa variação acompanhou apenas a redução global do número de professores, independentemente do seu vínculo. Quando se observa a percentagem face ao total de do-

Entre 2010 e 2014, o número de professores contratados a tempo parcial passou de 3944 para 4546



MARTIN HENRIK

Lugares de topo pouco preenchidos

O preenchimento dos lugares no topo da carreira de professor no ensino superior está aquém do que é exigido por lei. O Estatuto da Carreira Docente Universitária prevê que nas duas categorias mais elevadas, as de professor catedrático e professor associado, estejam 50 a 70% daqueles que ensinam nas instituições, mas o número não chega sequer a metade: 21,7%. Segundo os dados do Perfil do Docente do Ensino Superior relativos a 2015/16 — publicado no mês passado — há 3408 professores nas duas categorias do topo da carreira. Os professores catedráticos representam 7,8% do total dos docentes do sector universitário, ao passo que os associados são 13,9%. A maior parte (46,7%) dos professores das universidades públicas tem a categoria de associados. No ensino politécnico o cenário é semelhante. No topo da carreira (professor coordenador principal) estão apenas 0,22% de todos os docentes e no patamar imediatamente a seguir (professor coordenador) 8,3%. Mais de metade (51,9%) do total dos que ensinam nos politécnicos são professores adjuntos.

centes, verifica-se um aumento, em cinco anos, de dois pontos percentuais dos contratados a tempo parcial, fixando-se em 36,6% em 2014.

O presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), Joaquim Mourato, elenca um conjunto de factos que se foram sucedendo na última década e que forçaram as instituições a recorrer a este expediente. A partir de 2007, a oferta passou a ser maior do que a procura de novos alunos, seguindo-se a crise financeira, a redução das transferências do Orçamento do Estado para o sector e as novas regras de controlo de despesa da administração pública que dificultaram a abertura de concursos

e a contratação de novos professores. “Ficámos muito presos ao que já tínhamos dentro de casa”, ilustra Joaquim Mourato.

“Não tem reflexo negativo”

Apesar disso, o presidente daquele conselho acredita que esta situação “não tem reflexo negativo na qualidade do ensino”. Pelo contrário, até pode ser benéfico para os alunos, defende o responsável. “Desta forma, podemos olhar para o mercado e ir buscar especialistas. Se só tivermos gente da carreira a dar aulas, temos academias muito fechadas”, sublinha.

O presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

(CRUP), António Cunha, defende a mesma ideia e refere o exemplo da instituição que dirige, a Universidade do Minho, onde deu indicações para que, sempre que existisse um professor contratado a 50% do tempo lectivo, fossem preferidos dois docentes a 25% do tempo cada. “Assim temos maior diversidade de pessoas”.

Para Gonçalo Velho, a ideia de que a flexibilidade do corpo docente é uma vantagem está “institucionalizada” e acaba por afectar os alunos. “Se o professor não está todo o tempo, não há continuidade na relação com os estudantes e isso pode criar problemas pedagógicos”, defende.

samuel.silva@publico.pt



Se o professor não está todo o tempo, não há continuidade na relação com os estudantes e isso pode criar problemas pedagógicos

Gonçalo Velho

Presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior

Recibos verdes são residuais

Samuel Silva

O Sindicato Nacional do Ensino Superior (Snesup) entende que o aumento do número de professores com contratos a tempo parcial nas universidades e politécnicos reflecte uma precarização das relações laborais. No sector público não há, porém, docentes contratados para dar aulas em regime de prestação de serviços. Os recibos verdes nas instituições da rede do Estado são usados para contratações pontuais de professores externos que vão participar em *workshops* ou seminários, integrados nas diferentes formações das instituições.

De acordo com os dados da Direcção-Geral das Estatísticas de Educação e Ciência, o número de professores com contratos a recibo verde no ensino superior corresponde a cerca de 1,4% do total de docentes. Ou seja, em 2014 — último ano para o qual existem estes números — havia 206 contratos de prestações de serviço nas universidades e politécnicos públicos. Destes, 60% dão aulas no ensino universitário e os restantes em institutos superiores. Este número baixou até em relação ao ano anterior (menos 35 contratos) e tem vindo a decrescer

todos os anos desde que, há cerca de uma década, o Tribunal de Contas emitiu uma recomendação desaconselhando as instituições públicas a recorrerem a este tipo de contrato.

“Hoje não há recibos verdes para a função docente”, garante o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, António Cunha. O Snesup confirma-o. “Não conhecemos nenhum caso de recibos verdes entre professores responsáveis por disciplinas”, diz o seu presidente, Gonçalo Velho.

206

era o número de contratos de prestações de serviço que existiam nas universidades e politécnicos públicos em 2014

Esta realidade do ensino superior público contrasta com a que é encontrada nas universidades privadas, onde a contratação através de prestações de serviço corresponde à regra. Naquele subsector, cerca de dois terços dos docentes trabalham a recibo verde. Em 2013, eram 5300 os docentes com contratados desta forma.

ADRIANO MIRANDA



Presidente do CRUP diz que não há professores a recibos verdes